



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 20 de julho de 2011

A CRITICA Sistema viário do Distrito Industrial de Manaus está com a infraestrutura comprometida.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO China dribla barreiras do Brasil por meio da Argentina.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO A situação do emprego tem efeitos no comércio interno	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Desemprego recua para 6,2% e é o menor desde o início da série	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Governo não age para evitar a desindustrialização, diz Ivo Rosset	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Dados mostram economia ainda em ritmo vigoroso	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Desemprego cai ao menor nível	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO LDO: Dilma poderá fazer cinco vetos	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA ESTADO Pimentel: nova política industrial será lançada no dia 2	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ASSESSORIA SUFRAMA Suframa faz exposição na Petronor 2011	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PAUDERNEY AVELINO Em julho completei 6 meses de como deputado federal na Câmara dos Deputados e gostaria de compartilhar como foi o trabalho nesse período.....	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Sistema viário do <u>Distrito Industrial</u> de <u>Manaus</u> está com a infraestrutura comprometida		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Ruas esburacadas e sem nenhuma sinalização dificultam a vida dos motoristas, pedestres e ajudam a causar acidentes pelas vias da área

Os vários buracos existentes nas principais vias de acesso do lugar contribuem para os acidentes, assim como a sinalização precária (Márcio Silva)

Quem necessita utilizar as avenidas do Distrito Industrial de Manaus, na Zona Sul, sofre com a má conservação das vias, a sinalização de trânsito precária e, durante a noite, com a falta de iluminação em certos trechos.

Devido ao intenso tráfego de veículos pesados, como caminhões e carretas, que descarregam suas mercadorias nas fábricas, o asfalto tem cedido e criado grandes buracos, em trechos das avenidas Buriti, Açaí e Japari.

Pela manhã, o horário de pico de carros no Distrito começa às 6h e vai até 7h30. É neste momento que grande parte dos trabalhadores do corpo administrativo e também das linhas de produção chegam para o trabalho nas fábricas, acentuando muito o número de veículos transitando.

O mototaxista Gilmar Lopes trabalha na área e explica que muitos acidentes automobilísticos acontecem no local.

“Já presenciei diversos acidentes ocorridos na rua Buriti, alguns semáforos não funcionam direito, às vezes ficamos ‘vendidos’ e assim não tem como evitar uma batida”, conta.

Mas os problemas com as ruas do Distrito não afetam somente quem possui veículo, os pedestres também sofrem as consequências da má conservação das vias. As calçadas, além de serem estreitas, se mostram completamente quebradas em certos trechos da avenida Japari.

Lúcia Soares, que trabalha com serviços gerais em uma grande montadora do PIM, reclama: “Quando saio do serviço, tenho que caminhar pela própria rua em algumas horas, porque tem o perigo de tropeçar se for pela calçada”.

A falta de sinalização correta é uma queixa recorrente tanto de quem anda quanto de quem dirige pelas ruas do local. Entre os itens listados como não existentes ou que necessitam de melhora, também observados pela equipe de reportagem estão a ausência de sinalização horizontal mostrando de quem é a preferencial no caminho da avenida Japari, faixas de segurança para o pedestre que estejam bem pintadas, ou mesmo alertando para o motorista reduzir a velocidade por conta das pessoas que precisam atravessar a rua, e talvez a pior de todas, em certos trechos da rua Açaí, alguns postes não estão funcionando, o que facilita a ação de criminosos que tiram vantagem da escuridão para executar seus malfeitos.

“Já ouvi casos de amigos que saíam do serviço à noite e no caminho para a parada de ônibus foram assaltados”, contou Lúcia Soares.

A assessoria de comunicação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) foi procurada para responder sobre os problemas do local, mas até o fechamento desta edição não respondeu ao contato.

Viaduto no Prosamim

O trecho da avenida General Rodrigo Otávio, que passa por cima do igarapé do 40 está em clima intenso de obras.

Após o recesso do período de chuvas, a construção do viaduto iniciado no ano de 2010 continua e vários homens são vistos trabalhando.

A obra faz parte do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de **Manaus** (Prosamin), do Governo do Estado, que revitalizará toda a área do igarapé do 40.

O viaduto de mão dupla ligará a avenida Silves, no Japiim, ao **Distrito Industrial**. O viaduto se encontra atualmente na fase de fundação dos pilares de sustentação e da construção da galeria de esgoto.

Além disso, os dois lados do igarapé serão pavimentados com asfalto. Esta obra promete também alargar a avenida Rodrigo Otávio no exato trecho por onde o viaduto passará por cima.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO China dribla barreiras do <u>Brasil</u> por meio da Argentina		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A China usa a Argentina para burlar as medidas do **Brasil** para proteger a indústria da invasão de produtos chineses, informa Iuri Dantas. Dados do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** mostram que a **exportação** de algumas **mercadorias** da China pela Argentina disparou, e esses produtos estariam entrando no **Brasil** como se fossem argentinos.

China dribla barreira via Argentina

Empresas suspeitam que chineses estejam usando a Argentina para trazer produtos para o **Brasil** e burlar medidas de defesa comercial

Iuri Dantas / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo A China vem utilizando a Argentina para burlar as medidas adotadas pelo governo brasileiro para proteger a indústria da invasão de produtos do gigante asiático. Dados do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** comprovam que a **exportação** de algumas **mercadorias** pelo sócio do **Mercosul** disparou depois que o governo sobretaxou os mesmos artigos chineses.

Levantamento feito pelo Estado com base na balança comercial do primeiro semestre indica que um em cada cinco produtos vendidos pela Argentina ao **Brasil** é "novo", ou seja, são **mercadorias** que não foram **importadas** no mesmo período do ano passado. O volume é significativo, mas como os produtos são baratos eles respondem por 1,15% do valor total comprado pelo **Brasil** do vizinho.

Além dessa leva de novos produtos, o que tem chamado a atenção dos empresários é a forte entrada de alguns artigos, que geram a suspeita de triangulação para burlar as medidas de defesa comercial. A **importação** de alto-falantes, por exemplo, cresceu 5.383% somente no primeiro semestre, depois que foi imposta uma sobretaxa para impedir a entrada dos equipamentos chineses.

"A Argentina tem um ou dois fabricantes. Está vindo muito produto de lá, mas é provavelmente triangulação da China", disse Marco Antônio Peñas, executivo da fabricante de alto-falantes Arlen, empresa que atua no setor há 43 anos.

Escovas. As indústrias do setor de escovas de cabelo também desconfiam que os concorrentes da China têm usado a Argentina para colocar seus produtos no **mercado** brasileiro. Segundo Manolo Canosa, presidente da Comissão de Defesa da Indústria Brasileira (CDIB) e fundador da Escovas Fidalga, uma das empresas do setor chegou a fazer um teste com os chineses para saber como poderia burlar a trava brasileira à entrada de escovas produzidas em Pequim. "O fornecedor ofereceu três opções para escapar do imposto: trazer via Taiwan, Vietnã ou Argentina", disse o executivo.

Segundo o empresário, a concorrência com os produtos chineses tem provocado fortes perdas para a indústria nacional, com fechamento de fábricas e demissões. "O setor está minguando. Fazíamos três turnos e hoje temos apenas dois. Sobraram duas empresas, o resto virou **importador**."

Não é de hoje que a segunda maior economia do mundo utiliza terceiros países para evitar punições comerciais, mas até este ano os casos eram mais restritos a países asiáticos, onde os chineses mantinham centros de distribuição para aplicar etiquetas falsas antes de **reexportar**.

Quando a Argentina entra na lista de países usados pelos chineses, cresce a possibilidade de dano ao **Brasil** porque a maioria de seus produtos não paga imposto na fronteira por ser integrante do **Mercosul**.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO A situação do emprego tem efeitos no <u>comércio</u> interno		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A demanda doméstica depende de dois fatores essenciais: do nível do emprego e da remuneração dos assalariados. A Pesquisa Mensal do Emprego do mês de junho, que o IBGE divulgou ontem, mostra que os dois fatores continuam altamente favoráveis e que o rumo da demanda somente poderá ser modificado pela política monetária, que a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), a ser tomada no fim da tarde de hoje, definirá.

As queixas da indústria e do comércio indicavam que haveria aumento do desemprego nos dois setores. Não é o caso: a pesquisa do IBGE, que abrange apenas seis regiões metropolitanas - as mais importantes em termos da atividade econômica -, mostra que a população ocupada (22,4 milhões, em junho) não variou em relação a maio e tem mais 512 mil pessoas do que em junho de 2010, isto é, mais compradores potenciais. O número de desocupados (agora 1,5 milhão) diminuiu em 172 mil pessoas ante junho do ano passado.

É uma situação de quase pleno emprego, que acarreta duas consequências importantes: favorece a obtenção de melhorias salariais, no momento em que se discutem os novos dissídios, e criará uma pressão sobre a demanda que pode se tornar inflacionária, se não for acompanhada de um processo de aumento proporcional da produtividade.

A situação do emprego varia conforme os setores de atividade. Os maiores aumentos em relação ao mês anterior ocorreram nos serviços prestados a empresas, na atividade

imobiliária e intermediação financeira (4,5%) e na construção (2,6%); os menores, nos setores de educação, saúde e administração pública (-2%), assim como nos serviços domésticos. Na indústria e na distribuição de energia, água e gás houve aumento de 0,68%.

O rendimento por grupamento de atividade na análise mensal (que depende das datas de ocorrência dos reajustes) mostra que o setor do comércio teve o maior reajuste (4,9%), o dos serviços domésticos teve 2,8% e o dos serviços direta ou indiretamente ligados ao governo, 1,3%. No entanto, para melhor avaliar o impacto sobre a demanda doméstica, parece-nos que o melhor referencial é o rendimento efetivo real obtido no mês anterior ao da realização da pesquisa: mostra um crescimento de 9,2% em 12 meses, que nos dá ideia de como a demanda vai ser afetada.

Temos aí um quadro, para essas regiões, dos fatores que explicam a evolução da demanda, lembrando, ainda, que a atividade rural - não incluída na pesquisa - não é desprezível, dado o aumento de preços agrícolas.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Desemprego recua para 6,2% e é o menor desde o início da série		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com massa salarial no nível recorde em junho, resultado reforça previsão de alta de 0,25 ponto na taxa Selic

Daniela Amorim / RIO - O Estado de S.Paulo

A taxa de desemprego no País teve leve recuo de maio para junho, de 6,4% para 6,2%, o menor nível para o mês desde 2002, quando teve início a Pesquisa Mensal de Emprego, apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado ficou no teto das expectativas do **mercado**, mas analistas ainda veem o emprego aquecido, o que reforça a previsão de alta de 0,25 ponto porcentual na taxa básica de juros, a Selic, na reunião de hoje do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

A massa salarial paga aos trabalhadores brasileiros se manteve em nível recorde em junho, em R\$ 35,6 bilhões, e o rendimento médio real subiu 0,5% ante maio, para R\$ 1.578,50. Para o economista Rafael Bacciotti, da Tendências Consultoria Integrada, as variações expressivas tanto na renda quanto na massa salarial mantêm a incerteza sobre o cenário prospectivo de inflação.

"Apesar dos sinais de moderação, os dados referentes à ocupação formal, tanto da PME quanto do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) de junho, ainda reforçam a necessidade de cautela na condução da política monetária", analisou Bacciotti, que prevê um aumento de 0,25 ponto porcentual na Selic em julho, agosto e outubro, para uma taxa de 13% ao ano.

Na avaliação do economista-chefe da Concórdia Corretora, Flávio Combat, a taxa de desemprego na mínima histórica e o aumento do poder de compra dos trabalhadores pesam sobre a decisão do Copom. "O Banco Central já

demonstrou preocupação com o comportamento do **mercado** de trabalho e deve recorrer novamente a esse argumento para justificar a continuidade do aperto monetário", disse Combat, que espera alta de 0,25 ponto porcentual na taxa de juros hoje e outro de 0,25 ponto na reunião de agosto.

A renda forte não evitou a queda de vagas nos grupos **comércio** e outros serviços - categoria que engloba alimentação, hospedagem, recreação e turismo, entre outros. O **comércio** perdeu 73 mil vagas no conjunto das seis regiões metropolitanas que compõem a pesquisa, enquanto o setor "outros serviços" teve redução de 46 mil vagas. "O resultado do **comércio** está ligado diretamente ao aumento do poder de compra, que eleva a ocupação. Mas não é isso que estamos vendo aqui. Temos de esperar mais um ou dois meses para entender o que aconteceu", disse Cimar Azeredo, gerente da coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, reconhecendo que fatores externos podem estar restringindo o consumo.

Enquanto o emprego no **comércio** teve retração, a indústria criou 29 mil vagas em junho. O resultado foi puxado pela região metropolitana de São Paulo, onde o emprego industrial subiu 2,1% em relação a maio, com 41 mil novas vagas. A região também foi responsável pelo recuo nas vagas do **comércio**. O **comércio** paulista demitiu 67 mil empregados em junho e o setor "outros serviços" dispensou 11 mil pessoas.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo não age para evitar a desindustrialização, diz Ivo Rosset		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Um dos primeiros empresários a apoiar PT diz que não vê ação contra concorrência chinesa. Empresário afirma que nada foi feito em 20 anos para reduzir impostos; "EUA choram hoje fim da indústria"

A indústria têxtil brasileira vive sua maior crise e, se nada for feito pelo governo no sentido de reavivá-la, 2,5 milhões de empregos correm o risco de evaporar em questão de poucos anos.

O alerta é de Ivo Rosset, proprietário do Grupo Rosset, que detém 65% do **mercado** de **produção** de tecidos no país e também as marcas Valisère e Cia. Marítima.

O elo fraco da cadeia que alimenta essa indústria, de acordo com ele, está no setor das confecções (corte e costura dos tecidos para a **produção** de roupas), que têm sofrido com a concorrência das **mercado**rias chinesas, mais baratas e nem por isso com qualidade inferior.

"Nada foi feito nos últimos 20 anos. O país está caminhando para a desindustrialização e o governo não está agindo", afirma.

Rosset é um dos empresários com melhor trânsito em Brasília. Encontrou-se com **Lula** e com Dilma diversas vezes. Conversa frequentemente com o ministro Guido Mantega. Foi um dos primeiros empresários a apoiar o PT e filiou-se ao partido em 2009.

Há um mês, esteve na capital federal como representante do setor têxtil, quando apresentou uma proposta de aliviar a carga tributária das confecções adotando o regime do Simples como imposto único, independentemente do faturamento.

Folha - Como vai a indústria têxtil no país?

Ivo Rosset - De um lado, temos a **produção** de tecidos, que também sofre com a concorrência chinesa. Como o segmento de tecido plano (**produção** de tecidos para camisas sociais, por exemplo). Várias fecharam em Americana, que é um grande centro de **produção**.

Existia também um **mercado** enorme para produtos como a viscose com fio elastano. Mas os chineses entraram a um preço que não dava para competir. Todos que produziam

pararam. E as grandes malharias no Sul estão com problema, elas eram muito mais fortes do que hoje.

E as confecções?

A confecção é o polo que está mais focado na competição com a China. Se não resistir, vai atingir o setor como um todo, pois são as confecções que compram os tecidos que produzimos. Comparando a situação de uma costureira brasileira com a chinesa, a distorção é enorme. Aqui, um funcionário custa para o empregador 2,4 vezes a mais que o salário dele. Por isso propomos o regime do Simples -dessa forma as confecções pagariam 12% sobre tudo.

Por que só as confecções?

Conversando com a presidente, dei um exemplo. Uma empresa de confecção com 2.000 pessoas talvez fature o equivalente a 5% de uma indústria automobilística que também tem 2.000 pessoas. E a confecção não vai suportar a concorrência chinesa. É uma cadeia que emprega muita gente e está destinada a desaparecer caso não se faça algo com muita urgência. Estamos falando de 2,5 milhões de empregos diretos e um universo de 8 milhões.

Em que estágio estamos?

Crítico. Toda rede varejista **importava** de 5% a 10%, agora é de 35% a 40%.

Há gente quebrando?

O pessoal vai fechando. Muitos estão saindo do **Brasil** e indo para a China. Outro dia conversei com um fabricante de um outro setor, da Mundial, do Rio Grande do Sul. A ação dele disparou na Bolsa porque sua rentabilidade aumentou. Ele fechou tudo que tinha de **produção** no país e foi fabricar na China. Estamos matando emprego nosso e dando emprego pra chinês.

A Marcopolo [fabricante de ônibus] foi embora, está produzindo em outro lugar e mandando os ônibus para cá. Vai chegar um momento em que ou transfiro as atividades da Rosset para fora ou sei lá o que vai acontecer.

O que mais pode ser feito?

Nós estamos dentro de um modelo que não muda há 20, 30 anos e que só teve aumento de carga tributária. Na

China, eles têm quase 80 milhões de pessoas empregadas nesse segmento. Não sou favorável ao método deles. Dão albergue e comida às pessoas, mas não pagam previdência. E o salário não passa de US\$ 100, enquanto aqui é de US\$ 1.000, fora a carga tributária. Nosso funcionário é mais eficiente que o chinês. Só que o sistema não ajuda.

O sr. está se referindo à moeda forte e à taxa de juros?

Estamos assistindo ao filminho sem fazer nada. Pior que isso, há Estados como Santa Catarina que incentivam a **importação** baixando o **ICMS**. Essa é a maior afronta ao **Brasil** que já vi.

O país está caminhando para a desindustrialização?

Total. A questão é: queremos ou não ser um país industrializado? Se sim, as medidas precisam ser imediatas. Se não, vamos nos tornar um país de serviços. Só que vamos

pagar um preço muito alto lá na frente. Veja o que aconteceu com os Estados Unidos, com o desastre da indústria automobilística, por exemplo. O país agora chora os empregos perdidos e não consegue reempregar.

Existe abandono do setor pelo governo?

Não diria abandono, mas diria que o governo está sem saber direito o que fazer. Eles ouvem, mas não vejo ação. Não sei qual a dificuldade que existe, se é burocracia.

E o **BNDES**?

Não adianta dar cortisona, é preciso repensar o modelo. Aplicar o Simples a todas as confecções, sem limite de faturamento, é uma mudança radical. Daí, sim, o **BNDES** pode entrar. E não são grandes investimentos, é coisinha pouca, bem menos do que a fusão do Abilio [Diniz, do Pão de Açúcar].

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Dados mostram economia ainda em ritmo vigoroso		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Mercado de trabalho aquecido, aumento da renda real, crédito em expansão e arrecadação de impostos em alta. Com base nesse cenário, de uma atividade econômica ainda pujante, o Comitê de Política Monetária decide, hoje, a alta dos juros

Emprego pode encolher no semestre, dizem analistas

Trabalho: Indústria criou apenas 22 mil vagas formais em junho, metade do que foi gerado no mesmo mês de 2010

João Villaverde | De São Paulo

A criação de vagas de emprego com carteira assinada foi maior em junho deste ano do que no mesmo mês de 2010, quando a atividade era impulsionada pela política anticrise do **Governo Federal**. Ao mesmo tempo, o rendimento obtido pelos trabalhadores, formais e informais, foi 4% maior na mesma comparação, descontada a inflação no período. Para especialistas em **mercado** de trabalho, no entanto, esse cenário pode estar próximo do fim, ainda que isso não signifique uma mudança drástica no ritmo de criação de vagas e aumento da renda.

O primeiro sintoma de que a resistência apresentada pelo **mercado** de trabalho no primeiro semestre pode perder força a partir deste mês é desempenho registrado pela indústria. Em junho, segundo o **Ministério** do Trabalho, a indústria criou apenas 22 mil vagas formais - metade do registrado no mesmo mês do ano passado. Por outro lado, o rendimento dos operários, cujos sindicatos contam com maior organização e poder de barganha, ainda foi 6,6% maior, em termos reais, que no mesmo mês de 2010, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"O caso da indústria é o desenho exato de como funciona o processo de desaceleração da economia", diz João Saboia, especialista em **mercado** de trabalho da UFRJ. Quando a economia começa a perder força, diz Saboia, os investimentos são os primeiros a ser cortados. Em seguida, o empresário corta a **produção** e para de contratar. Finalmente, consolidada a perspectiva de que no curto e médio prazo o esfriamento da atividade continuará, o empresário demite. "Estamos muito longe desse cenário", diz Saboia, "e é bom lembrar que a indústria sofre uma competição com **importados**

que outros setores, como serviços e **comércio**, não sofrem". Ao anunciar a criação de 215 mil postos formais em junho, ontem, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, manteve a previsão de que o ano fechará com a criação de 3 milhões de vagas - foram 1,2 milhão criadas no primeiro semestre. A avaliação de Lupi é que os meses em que sazonalmente a geração de emprego é forte, entre agosto e outubro, devido à formação de estoques para as festas de fim de ano, sustentarão o ritmo do **mercado** de trabalho.

"O ministro pode até acertar, porque a indústria pode reagir a partir do mês que vem", diz Claudio Dedecca, economista do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp, "mas uma desaceleração começará, inevitavelmente, neste segundo semestre". Segundo Dedecca, no entanto, seria preciso uma desaceleração brutal para derrubar o emprego e os salários imediatamente. "Estamos vivendo o processo natural", diz.

Segundo Helio Zylberstajn, professor da USP e presidente do Instituto Brasileiro de Relações de Emprego e Trabalho (Ibret), o resultado apontado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) em junho, divulgado ontem, é o primeiro "a ligar o sinal amarelo". Das 215,4 mil vagas formais criadas no mês, pouco mais de um terço foi gerado no setor de agropecuária, o que, para Zylberstajn, aponta nos dados de junho uma "dependência forte" de um resultado "altamente pontual".

A criação de vagas, que começará a desacelerar, segundo os analistas, neste segundo semestre, ainda não será acompanhada pelo desaquecimento da renda. "Como a inflação veio fraca em junho, e continuará em baixa em julho e agosto, o cenário para as negociações salariais das principais categorias, em setembro, ficará mais facilitada", avalia Saboia, da UFRJ, que estima em cerca de um trimestre a defasagem entre o início de um movimento na atividade e o reflexo no emprego. "O governo começou a apertar a economia via aumento de juros e corte de gastos, e foi a indústria que absorveu primeiro esse movimento, que deve chegar, em menor medida, nos serviços, que são muito sustentados pela renda em alta", afirma.

A elevação nos salários continuará vigorosa, ainda que comece a apresentar certa acomodação a partir do fim do ano. Os gargalos que alguns setores estão sofrendo devido à falta de mão de obra qualificada servem "como estímulo ao aumento do rendimento daqueles que tem qualificação para trabalhar", afirma Dedecca.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Desemprego cai ao menor nível		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Taxa chega a 6,2% em junho, mas efeitos de contenção de crédito e alta de juros começam a pesar

No mesmo dia que o governo anunciou uma desaceleração na criação de vagas com carteira assinada (leia matéria abaixo), o IBGE divulgou que, a despeito de um contingente de 1,5 milhão de desempregados nas seis principais regiões metropolitanas do país, a taxa de desemprego do mês de junho ficou em 6,2% - a menor para um mês de junho desde o início da série, em 2002. IBGE e **Ministério** do Trabalho usam metodologias e universos diferentes para calcular o nível de emprego.

Segundo o IBGE, no semestre, a média, de 6,3%, está um ponto percentual abaixo do que foi visto nos primeiros seis meses do ano passado, sendo, mais uma vez, um recorde na série. Para alguns especialistas, o cenário ainda é um **mercado** de trabalho aquecido, que, contudo, já sente os efeitos da retirada de estímulos à demanda - como alta das taxas de juros, medidas de contenção ao crédito e ajuste dos gastos fiscais.

- Em junho, o que se percebe é que o **mercado** de trabalho não contratou. Houve redução da população ocupada e desocupada. Então, o **mercado** de trabalho ainda não se prepara para a atividade maior do segundo semestre, o que acontece nessa época do ano - disse Cimar Azeredo, gerente da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), do IBGE. - Não se pode esquecer que, às vésperas de provas e férias, há uma redução da busca por emprego.

Expansão da renda preocupa o BC

Nas contratações frente a junho de 2010, o setor de serviços prestados às empresas foi o destaque. Em junho, foram mais 215 mil pessoas atuando no segmento, uma alta de 6,4% ante igual mês do ano anterior. Já a indústria - que perdeu a força na geração de postos no segundo semestre de 2010 - registrou quase metade desse contingente: 113 mil trabalhadores a mais do que em junho de 2010.

- Com a expansão da renda dos brasileiros, especialmente na classe C, aumentou a demanda por serviços. E isso vem provocando contratações no **mercado** de trabalho. O que se pergunta é se isso é sustentável, já que a melhora

nas condições de renda e trabalho estão fortemente ligadas à expansão fiscal e num crescimento pouco baseado em investimento. Além disso, a indústria perde o fôlego e já se fala em demissões no segundo semestre - pontuou Ruy Quintans, professor do Ibmec.

A pesquisa do IBGE mostrou que os rendimentos foram maiores em junho. Na média, os trabalhadores (formais e informais) ganham, mensalmente, R\$1.578,50, o que vem a ser uma alta de 4% sobre os ganhos de junho de 2010. O emprego doméstico é o que mais tem ganhos de remuneração: alta de 9,8%, elevando o rendimento para R\$626,90.

Para especialistas, a expansão da renda pode ainda ser uma sinalização de força do **mercado** de trabalho e, assim, pode preocupar o Banco Central. Na avaliação de Felipe Wajskop França, economista do banco ABC Brasil, ainda que os rendimentos apresentem crescimento mais modesto nos próximos meses, o risco de pressão na inflação deve manter o BC alerta, "justificando a extensão do aperto monetário até pelo menos sua reunião de agosto".

Segundo Azeredo, do IBGE, o **mercado** de trabalho continua mais formal. Profissionais com carteira assinada já são 48,2% da população ocupada. E cita a indústria que contratou, no mês passado, 29 mil trabalhadores.

- De um lado, o **mercado** de trabalho está mais formal. Do outro, há um contingente de profissionais com formação atuando em empregos abaixo da sua formação - acrescentou Quintans, do Ibmec.

Com a perspectiva de aumento de **produção** para o segundo semestre, a taxa de desemprego pode recuar mais. Carlos Corseuil, economista do Ipea, não descarta a possibilidade de se atingir uma taxa abaixo de 6% este ano. Hoje, três regiões metropolitanas brasileiras (Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre) já estão com taxas de desemprego abaixo da taxa americana antes da crise (cerca de 5%). Mas, alerta, o desempenho da economia vai depender de elementos externos:

- Há fatores que podem repercutir no nível da atividade, como incertezas na economia mundial. Além, é claro, de medidas para conter crédito - explicou.

Azeredo ressaltou que o nível de ocupação atingiu 53,3%, um patamar que também é recorde. Porém, analistas ainda enxergam uma moderação no **mercado** de trabalho brasileiro. Relatório do Itaú Unibanco revela que a retirada de estímulos à demanda - como juros elevados, contenção ao crédito e ajuste dos gastos fiscais - já contribuem para uma moderação do **mercado** de trabalho. Contudo, o ritmo é insuficiente para reduzir de forma significativa os desequilíbrios entre demanda e oferta por mão de obra.

A confiança do setor industrial na economia permaneceu estável em julho na comparação com o mês anterior, mas continua abaixo do registrado no mesmo período do ano passado. Segundo pesquisa divulgada ontem

pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) deste mês alcançou 57,9 pontos - o mesmo de junho, mas 5,5 pontos abaixo do índice de julho de 2010.

O resultado ficou abaixo da média histórica, que é de 59,6 pontos. O setor automotivo teve a maior queda de otimismo: recuando dos 64,2 pontos em julho de 2010 para os atuais 52,7. Em relação a junho houve leve recuperação, de 1,93%. O estudo da CNI atribui o baixo otimismo à percepção de que as condições de negócios pioram ante os últimos seis meses.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO LDO: Dilma poderá fazer cinco vetos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

BRASÍLIA. A área econômica do governo já apontou pelo menos cinco vetos que a presidente Dilma Rousseff deve fazer na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012. Mas aliados no Congresso querem manter pelo menos uma proposta do PSDB, que atende estados governados por partidos governistas e de oposição: a que garante a recomposição financeira aos estados **exportadores** pelas perdas com a Lei Kandir (que desonera as **exportações**). Todo ano, a oposição briga pela recomposição e, todo ano, ela é concedida só no Orçamento Geral da União, que começa a ser discutido em setembro e votado em dezembro.

Agora, até o líder do governo no Congresso, deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), defende a manutenção do benefício na própria LDO. O problema é que técnicos do governo temem que a oposição, já tendo garantida a recomposição na LDO, reforce a briga, na discussão do Orçamento, para aumentar o valor dessa compensação de R\$3,9 bilhões para cerca de R\$5,2 bilhões - valores apontados anualmente como perdas mínimas e máximas com a Lei Kandir.

Ribeiro sustenta que o acordo com a oposição foi negociado e disse não crer em novas discussões sobre o valor. O Rio Grande do Sul, estado do líder do governo, é um dos maiores beneficiados pela compensação, assim como Minas, São Paulo e Pará:

- Não acredito (que haja o veto à Lei Kandir). É sempre a mesma discussão, mas o veto é uma atribuição da presidente.

Mas a preocupação maior da equipe econômica é com as propostas da LDO sobre trava de gastos e emissão de títulos pelo Tesouro. A sinalização do Planalto foi de veto a essas propostas. Emenda do senador Aécio Neves (PSDB-MG) estabelece que o governo terá de informar ao Congresso, na lei orçamentária, a previsão de emissão de papéis da dívida pública. O objetivo da oposição é controlar as frequentes emissões de títulos usados para capitalizar o **BNDES**.

A outra preocupação é com a meta estabelecida na LDO para o déficit nominal (resultado negativo entre despesas e receitas) em 0,87% do **PIB** em 2012. Apesar de ter previsto a mesma meta, mas só como indicativo em anexo da LDO, o governo diz ser impossível torná-la obrigatória. Para isso, teria de apertar o cinto ainda mais, fazendo superávit primário (economia para pagar juros) acima dos 3,1% do **PIB** fixados - o governo já terá dificuldades de cumprir a meta. Para técnicos e o próprio relator da LDO, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), as duas metas são incompatíveis.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO PIMentel: nova política industrial será lançada no dia 2		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Os produtos manufaturados com valor agregado mais alto serão o principal foco da Política de **Desenvolvimento** da Competitividade (PDC), afirmou hoje o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **PIMentel**. Segundo ele, a PDC será lançada no dia 2 de agosto pela presidente Dilma Rousseff, que detalhará os incentivos da nova política. **PIMentel** disse que não haverá destaque para um ou outro setor específico. "Mas os manufaturados em geral, com valor agregado mais elevado, serão o enfoque da PDC", disse.

Questionado sobre se há preocupação com uma possível desindustrialização no País e com a pauta **exportadora** mais centrada em commodities (matérias-primas), **PIMentel** disse que não enxerga um processo de redução das indústrias no **Brasil** e afirmou que as commodities "seguram

bem" a balança comercial. "Não podemos ter só commodities, pois a empregabilidade é baixa no setor", afirmou.

PIMentel falou com a imprensa após solenidade em que foi homenageado com a condecoração "Mérito Santos Dumont", em comemoração do 138º Aniversário do Marechal-do-Ar Alberto Santos-Dumont, na Base Aérea de Brasília.

	VEÍCULO ASSESSORIA SUFRAMA	EDITORIA	
	TÍTULO Suframa faz exposição na Petronor 2011		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A participação da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** na PetroNor 2011 – Encontro Internacional sobre Petróleo e Gás – foi um **importante** momento para divulgação dos benefícios fiscais do modelo **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**. Organizado pela Rede Petro Brasil, com o apoio de convênio firmado entre a Petrobras e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o evento contou com a presença de delegações empresariais do **Brasil** e de outros países da América do Sul.

Em seu estande institucional localizado no Salão de Exposição, houve a distribuição de folheteria sobre o modelo **ZFM** e a sexta edição da Feira Internacional da **Amazônia** (FIAM 2011), que acontece no período de 26 a 29 de outubro, em **Manaus**. Além disso, os visitantes receberam exemplares da revista **Suframa** Hoje, com matérias abordando as conquistas do modelo e ações promovidas pela autarquia com foco no **desenvolvimento** socioeconômico da região.

A autarquia foi uma das instituições convidadas a participar da mesa redonda “Políticas de Atração de Investimentos: Incentivos Aplicados para Empresas – Casos de Sucesso na **Amazônia** Brasileira”. Na ocasião a coordenadora geral de Estudos Econômicos e Empresariais da **Suframa**, Ana Maria Souza, proferiu a palestra “**Zona Franca** de **Manaus**: novos cenários, o **desenvolvimento** e a qualificação de mão de obra nos novos polos econômicos”.

Um dos focos da palestra foi a necessidade de qualificação de mão de obra para atuação no segmento de Petróleo como pilar **importante** para o avanço dessa atividade industrial no **Amazonas**. Outro aspecto abordado foi a importância do apoio a empreendimentos baseados no beneficiamento do gás natural. “A **SUFRAMA** compreende a importância da formação da cadeia produtiva de petróleo e gás natural, um dos potenciais polos econômicos do Estado”, frisa a coordenadora.

	VEÍCULO PAUDERNEY AVELINO	EDITORIA	
	TÍTULO Em julho completei 6 meses de como deputado federal na Câmara dos Deputados e gostaria de compartilhar como foi o trabalho nesse período.		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Após ficar 4 anos longe da Câmara, vi que outros Estados estão cada vez mais vorazes na busca para acabar com a **Zona Franca** e pude acompanhar o primeiro grande embate na MP dos Tablets, que concedia benefícios à outros Estados para **produção** deste bem. Contra isso, apresentei 10 emendas defendendo o **PIM** e já podemos comemorar que a Samsung inicia a **produção** do tablet aqui em **Manaus**, dando um voto de respeito e confiança ao **Amazonas**.

Ainda na luta pela **Zona Franca**, apresentei a emenda que devolve os incentivos fiscais aos quadriciclos e triciclos produzidos no **Amazonas**, salvando milhares de empregos. Vislumbro novas possibilidades, como colocar o **PIM** como centro produtor de off roads do Brasil, próxima meta do meu mandato. Em menos de 4 meses provei em tempo recorde na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei que devolve ao Acre e parte do **Amazonas** o antigo fuso horário de 2 horas a menos em relação à Brasília.

Quem mora nesses locais sabe a importância disso, pois as crianças sofrem indo para escola ainda no escuro, gerando baixo rendimento. A denúncia do “Fantástico” mostrou ao **Brasil** que as multas aplicadas pelos radares servem à corrupção e não à educação no trânsito. Combatendo isso, propus a CPI dos Radares em que continuo a pressionar o

presidente da Câmara, o deputado federal Marco Maia (PT-RS), para instalação da mesma.

É **importante** dizer que não fiquei ausente do **Amazonas** nesse período fazendo um mandato por controle remoto, mas visitei várias cidades do interior, inclusive comunidades indígenas, como Maturacá, em São Gabriel da Cachoeira, vendo a realidade e buscando soluções aos problemas encontrados, principalmente no quesito de geração e distribuição de energia.

No meu twitter, @pauderney, o qual eu mesmo administro, recebo mensagens de apoio e agradeço a os votos de confiança para continuar o mandato de maneira árdua e transparente.